

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL: CONCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS

Maria Emanoele Desidério Diógenes
C.E.I. Maria Nadir Barbosa; emanoeledd@hotmail.com

Analice Martins Pinheiro
Faculdade São Francisco da Paraíba; analicepinheiro51@gmail.com

Disneylândia Maria Ribeiro
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; d-landia@hotmail.com

Resumo: Este trabalho é fruto de uma pesquisa exploratória realizada sobre as práticas de educação especial desenvolvidas na escola municipal de Ensino Fundamental Cleonice Freire de Queiroz localizada na cidade de Pereiro- CE, com o objetivo de refletir sobre as concepções e as práticas pedagógicas adotadas frente a escolarização de crianças com necessidades educacionais específicas na referida escola. Para tanto, foi realizada pesquisa de campo de abordagem qualitativa por meio da aplicação de questionários com as professoras da educação especial e a coordenadora pedagógica da escola. Como meio de aprofundamento teórico foram utilizados vários autores e documentos oficiais, como: Ferreira (2006), Figueiredo (2009), Rodrigues (2006), Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2009) e Carleto (2003), Pietro (2006). Constatou-se que dentre as medidas inclusivas está o Atendimento Educacional Especializado conforme previsto na legislação e nas políticas educacionais brasileiras que garantem serviços educacionais e recursos específicos com vistas a complementar ou suplementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. O atendimento deve ser realizado por educadores com formação específica na área de educação especial a fim de garantir um ensino de qualidade aos discentes. A escola campo de pesquisa revelou que as docentes e coordenadora têm formação adequada que as qualificam para o trabalho com o público do AEE, contudo, não as suprem à medida que negligenciam o direito ao atendimento educacional especializado e reconhece a falta de colaboração e apoio das demais instâncias da própria escola, em termos didáticos e físicos que facilitem e garantam a educação integral dessas crianças.

Palavras-chave: Educação Especial. Práticas educacionais. Concepções.

1 Introdução

Atualmente a educação especial tem sido tema de grande debate, a discussão entre heterogeneizar ou homogeneizar o ambiente escolar transforma-se em dificuldade de implantação e adaptação de um movimento inclusivo educacional. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) tem como objetivo “o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais”

Segundo Rodrigues (2003) a lógica da heterogeneidade traduz-se pelo reconhecimento e aceitação das diferenças individuais entre os alunos. O que significa dizer que

independentemente das suas diferenças, dificuldades ou necessidades os discentes deverão ter acesso ao ensino comum e regular.

A educação é um direito humano, que deve estar à disposição de todos, nessa perspectiva entendemos que não deve ser diferente para as pessoas com necessidades educacionais específicas. Elas assim como todas as outras que possuem suas singularidades e diferenças devem ser atendidas por esse mesmo direito.

Esse direito à educação também tem suas particularidades. Não é qualquer tipo de escola, professor ou material didático-pedagógico que pode assegurar e atender o princípio de igualdade e permanência na escola, assim como a obrigatoriedade do Ensino Fundamental.

Quando falamos de crianças e adolescentes, com ou sem deficiência, e seu direito à educação, estamos tratando não só do momento de ensino e aprendizagem em sala de aula, mas também de seu desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania devendo ser igualmente respeitado e usufruído por todas as pessoas que detêm seus direitos legais, civis e constitucionais.

Diante do exposto, objetivamos neste artigo, refletir sobre as concepções e as práticas pedagógicas adotadas frente a escolarização de crianças com necessidades educacionais específicas na escola campo de pesquisa Cleonice Freire de Queiroz, localizada no interior do Estado do Ceará, Pereiro. A mesma possuía uma sala de aula “especial”, na qual encontramos 7 (sete) discentes que até o final do ano de 2013 não frequentavam a sala de aula regular.

Discutimos e analisamos como ocorre o processo de ensino e aprendizagem, a partir dos recursos didáticos utilizados, as estratégias metodológicas, procedimentos de avaliação dos alunos nesta sala de aula, considerando as falas da coordenação a respeito das práticas inclusivas realizadas, suas considerações da sala de aula especial. Contamos com a colaboração da primeira e última professora da referida sala e coordenadora para entender como ocorreu e ocorre o ensino, quais suas metodologias e conceitos.

No início deste estudo, a sala de aula encontrava-se separada das demais, onde os alunos com deficiência tinham pouco ou quase nenhum contato com os outros considerados “normais”. Entretanto, ao terminar o ano de 2013 e iniciar o de 2014, o sistema e a maneira de ensinar aos alunos com necessidades educacionais específicas sofreu uma mudança. Todos foram inseridos na sala de aula regular do 5º ao 9º ano, nessa situação analisamos também o motivo pelo qual isso ocorreu na escola.

2 Metodologia

A pesquisa qualitativa procura identificar uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados ou agentes da pesquisa. Esse tipo de procedimento metodológico analisa as convicções subjetivas das pessoas como algo que podem esclarecer as circunstâncias além da importância e precisão de conhecimentos teóricos do investigador. De acordo com Richardson (2008):

[...] Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 2008, p. 80)

Para concretização deste trabalho utilizamos os métodos que permitiram conhecer as práticas docentes e concepções da direção sobre o Atendimento Educacional Especializado. A pesquisa bibliográfica foi concretizada por meio de leituras sobre o tema abordado para melhor analisar a realidade estudada. Utilizamos aportes como Ferreira (2006), Figueiredo (2009), Rodrigues (2006), Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2009) e Carleto (2003), Pietro (2006). A pesquisa de campo foi realizada através de métodos como a visita a escola: nesta primeira etapa conhecemos como se estabelece a organização do ensino educativo especial e a aplicação de questionários que permitiu identificarmos as concepções que as docentes, coordenadora e diretora da escola campo de pesquisa trazem sobre a inclusão e o atendimento ao qual ofertam.

3 Iniciativas governamentais de integração/inclusão e o atendimento educacional especializado

No Brasil, a “deficiência” foi analisada por muito tempo como um problema do indivíduo e não da sociedade. No entanto, é válido lembrar que as pessoas com deficiência também são detentoras de direitos que estão asseguradas por lei, este ponto contribuiu consideravelmente para a discussão sobre a deficiência no país, posto que:

Os direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, seguidos pela Lei 7.853 / 89 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei 8.069 / 90, e nos demais instrumentos jurídicos infraconstitucionais, garantem às pessoas portadoras de deficiência seus direitos na área da saúde, na área do trabalho, na área da habilitação / reabilitação profissional, na área de assistência social, na área da educação. (FERREIRA e GUIMARÃES, 2003, p. 86)

É importante destacar que a caracterização da deficiência apresentada no Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, a qual está em vigor atualmente na Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, concebe a deficiência de forma abrangente porque faz uma ligação entre o aspecto orgânico e a influência do ambiente, passando a ser entendida como algo que sofre interferência dos relacionamentos pessoais e do meio ao qual está inserida. Mesmo tendo essa visão mais aberta e compreensiva não dá para negar que se fossem efetivadas as leis nos conformes adequados não seriam necessários cláusulas e artigos para as pessoas em situação de deficiência, já que estas deviam ser consideradas cidadãos e conseqüentemente sujeitos de direitos como todos os outros.

Assim como na maioria das instâncias públicas, onde são necessárias a criação de regulamentos e normas para receber e conviver com pessoas com deficiência as instituições escolares agem da mesma maneira, conseqüentemente acabam sendo segregacionistas como os vários espaços sociais.

São encontradas, em relação às pessoas com deficiência, atitudes que oscilam do extermínio à segregação, da exclusão total – passando pelo atendimento segregado dentro de instituições especializadas – à proposta da integração, até mais recentemente se aderir ao entendimento da filosofia de inclusão social das pessoas com deficiência, objetivando a modificação das estruturas sociais vigentes. (FERREIRA e GUIMARÃES, 2003, p.89)

Acima podemos destacar que as propostas integracionistas das escolas especializadas e até mesmo das regulares contribuem para a exclusão quando oferecem um ensino diferenciado, em outras salas, separadas dos demais alunos e com tratamentos diferenciados.

No século XX as críticas à segregação escolar foram aumentando, os pais das crianças e jovens com deficiência começaram a lutar pelos direitos, e diante disso o surgimento de críticas foi inevitável aos teóricos que acreditavam ser obrigação da pessoa se adequar à sociedade num sentido destorcido de integração.

É notório que mesmo considerando as pessoas com deficiência como cidadãos de direitos e deveres e ainda de participação na sociedade, continuavam a ser atendidas de maneira assistencialista e dignas de caridade. No Brasil a primeira referência à Educação

Especial foi na LDB 4024 / 61, onde a foi destacada na Educação Normal, devendo ser adequada ao sistema geral de educação, no entanto o Estado não se responsabilizava nem mesmo acreditava ser de seu dever promover a educação de todos.

A expansão do ensino aumentou o número de alunos com deficiência ocasionando a divisão do ensino sob o critério de capacidade intelectual e psicológica. Contribuindo dessa maneira para o surgimento de classes diferenciadas pelas etiologias como: cegos, surdos, deficientes mentais e outros.

As ações estão interligadas, cada ação gera uma reação e com a criação dessas classes divididas por categorias de “deficiências”, provocou-se também a construção de testes de inteligência, que categorizavam e classificavam os alunos. Esse procedimento gera a rotulação e o aumento de preconceitos.

A visão que permanece no século XX de que a deficiência é compreendida como um problema pessoal sendo esta responsabilizada pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes para incluir as pessoas que apresentam limitações. São concepções resultantes da ideia da deficiência influenciada pelo modelo médico, onde a pessoa era considerada doente, precisando de cuidado e/ou tratamento, uma reabilitação que promovesse sua integração na sociedade.

Esse tipo de tratamento pouco ou nada exigia da sociedade em termos de modificação de valores, atitudes, espaços físicos, objetos e práticas sociais. De acordo com tal modelo de integração, a sociedade aceita receber a “pessoa diferente”, desde que ela seja capaz de moldar-se aos requisitos dos serviços da maneira como são oferecidos (classes especiais, sala especial), acompanhar procedimentos tradicionais (de trabalho, escolarização, convivência social), lidar com atitudes discriminatórias da sociedade, resultantes de estereótipos, preconceitos e estigmas, contornar obstáculos existentes no meio físico (espaço urbano, edifícios, transportes etc.) (FERREIRA e GUIMARÃES, 2003, p. 96, grifos do autor)

Acima explica-se a preocupação quando destaca o tratamento das pessoas com necessidades educacionais específicas sob a ótica de sua adequação aos ambientes sociais, designados e organizados pela própria sociedade, sem as “adequações” necessárias aos que possuem diferenças físicas, psíquicas ou motoras de intelectualidade. Acentuando a obrigação que esses sujeitos têm de aturar e conviver com os preconceitos diante de suas dificuldades.

Movimentos sociais na metade do século XX acarretaram na preocupação e necessidade de se repensar os valores e atitudes das instituições da sociedade, principalmente, a educação, incluindo a prática pedagógica para pessoas em situação de deficiência.

Nos anos 70 estudiosos passaram a acreditar no potencial que as pessoas com deficiência tinham para aprender, o que contribuiu para a mudança de paradigmas no que diz respeito à ideia de educação integrada. Começaram então a acreditar que a escola comum poderia aceitar os alunos com necessidades educativas especiais nas suas salas regulares.

O processo de escolarização deve ter como principal objetivo a formação integral do aluno com deficiência, o que requer práticas pedagógicas contextualizadas de acordo com suas necessidades, possibilitando, desse modo, a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento de diversas habilidades. As Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica de 2009 em seu Art.1 diz que:

Para a implementação do Decreto N° 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado e salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2010, p.69)

Nessa perspectiva, o atendimento educacional especializado não deve ser considerado ou confundido com o reforço escolar, mas sim como um processo que promove o acesso a aprendizagem com práticas pedagógicas e serviços complementares.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve “[...] complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem [...]” (BRASIL, 2010, p.69).

Segundo o mesmo documento as salas de recursos multifuncionais estão subdivididas em dois tipos: I e II. Trata-se de um atendimento especializado para alunos em estado de deficiência e é composto por equipamentos mobiliários e materiais didáticos pedagógicos. Para ampliar e apoiar a oferta do ensino especializado o Governo Federal com a criação das Salas de Recursos Multifuncionais e o Atendimento Educacional Especializado disponibiliza aos sistemas públicos equipamentos. Carleto et all (2013, p. 146)

As salas de Recursos Multifuncionais do tipo I [...] são compostas de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos pedagógicos, como por exemplo: microcomputador com gravador de CD, leitor de DVD e terminal, fones de ouvido e microfones, teclado com colméia, bandinha rítmica, material dourado, dominó com textura, software para comunicação alternativa, conjunto de lupas manuais (aumento de 3x, 4x e 6x), dentre outros. Já as salas do Tipo II, são iguais às salas do tipo I, mas acrescidas de

outros recursos e materiais didáticos e pedagógicos. São para atendimentos dos/as alunos/as com deficiência visual (cegueira e baixa visão), dentre os materiais citamos: impressora Braille, máquina Braille, lupa eletrônica, reglete de mesa, soroban, globo terrestre adaptado, kit de desenho geométrico adaptado, calculadora sonora.

Podemos então considerar que a escola deve dispor de materiais estratégicos que possibilitem a aprendizagem dos alunos que apresentam deficiências ou comportamentos parecidos. O AEE deve ser realizado em todos os níveis de ensino e modalidades, caracterizando como parte complementar do processo educacional. O público alvo deste atendimento está subdividido em três grupos segundo as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (CNE/CEB, 2001, p.70)

Quadro 1 – Público alvo do AEE

PÚBLICO ALVO	CARACTERÍSTICAS
I- Alunos com deficiência	Aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
II- Alunos com transtornos globais de desenvolvimento	Aos que apresentam alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimentos nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se neste grupo também alunos com autismo clássico, síndrome de Aspenger, Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação.
III- Alunos com altas habilidades/superdotação	Os que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas de conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Fonte: Dados do Ministério da Educação, 2009.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), também pode ser ofertado em espaços não escolares, como em hospitais ou em domicílios. Nesta situação será ofertado pelo respectivo sistema de ensino, de forma complementar ou suplementar.

Para que a criança possa ser matriculada no AEE deve estar concomitantemente matriculada nas salas de ensino regular, mesmo que o atendimento seja efetuado em outra escola pública, em instituições de atendimento especializado públicas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

As atividades desenvolvidas na Sala de Recursos Multifuncionais com o atendimento educacional especializado são de responsabilidade do docente, condicionado por estratégias e planos de aula, numa relação de união e interdisciplinaridade com os professores do ensino regular. Devem contar também com a participação e colaboração familiar, dos sistemas de saúde, assistência social e outros necessários.

4 Análise da pesquisa: um diálogo com as práticas educacionais especiais

Detectamos com esta pesquisa que as professoras participantes possuem formação continuada na área de educação especial e, dessa forma, supostamente, estão habilitadas ao ensino na sala de recursos multifuncionais. Considerando as ideias de Rodrigues (2009) que trata da formação profissional continuada como algo obrigatório na área de Educação Especial, uma vez que a graduação em licenciatura não contempla todas as necessidades desta modalidade de ensino.

No entanto, as educadoras pesquisadas ao dizer o que entendiam sobre o Atendimento Educacional Especializado demonstraram inconsistência e a falta de conhecimento sobre o assunto,

O atendimento ao aluno com deficiência PDE (portadores de deficiência educativas) que deve ser acompanhado também por especialistas da saúde. (Professora do AEE)

[...] deficiência em igualdade de condições com os demais alunos do ensino regular, ou seja, dar suporte às escolas públicas na inclusão de crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (Coordenadora pedagógica da escola)

Pelo fato das educadoras já atuarem na Educação Especial por razoável período de tempo, esperávamos maior clareza das ideias que norteiam e constituem as práticas do AEE. Como saber o que é exatamente a sala de recursos multifuncionais, o atendimento educacional especializado e as maneiras de contribuir para a integração de todos na escola. Sendo assim, é notório que a falta de clareza sobre os conceitos educacionais em torno da educação especial influencia a prática das professoras de forma negativa, pois evidencia que a sua formação não contempla as necessidades para o ensino desta modalidade.

Percebemos também que o motivo pelo qual a sala especial existe se deve a iniciativa da primeira professora da sala, segundo a mesma teve a ideia de reunir os alunos com necessidades educacionais específicas em uma única classe por falta de profissionais que atuassem a área (por volta do ano de 2006). Atualmente a professora vigente alega que a sala existe porque faltam profissionais qualificados e a coordenadora que tem o intuito de promover o avanço dos alunos para o próximo ano. O que se pode esperar de um trabalho grupal onde as pessoas não sabem ao certo qual seu objetivo? Suas perspectivas?

Por entender que a efetivação de uma escola inclusiva e integradora se deve ao abandono do comodismo e a adoção de novas medidas, percebemos que não existe o apoio mútuo entre os sujeitos, já que as professoras não expuseram nenhum interesse por parte da coordenação em contribuir com o trabalho docente. A colaboração de todos os setores da escola é fundamental para a inclusão dos alunos, tendo em vista que as dimensões físicas, a criação e efetivação de um currículo integrador necessitam da participação e cooperação de toda a comunidade escolar, caso contrário não se pode acreditar em um espaço inclusivo se não existe nem mesmo a união dos profissionais em busca de um objetivo comum. Que poderia este ser a oferta de uma educação de qualidade para todos de acordo com suas necessidades, singularidades e potencialidades.

Diante dos direitos educacionais que norteiam as necessidades dos alunos com deficiência na escola é necessário assegurar a existência da sala de recursos multifuncionais para que seja possível o oferecimento do atendimento educacional especializado em contra turno como algo complementar ao que ensino comum. Mas segundo os discursos a única sala existente que atende a esses discentes é a “sala especial”, dessa forma o ensino não é considerado satisfatório haja vista que os alunos não tinham a possibilidade de frequentar a sala da rede regular. É como se a educação voltasse apenas para a ocupação do tempo dos alunos na escola. Para dizer: “Os alunos ‘especiais’ estudam”. Infelizmente é uma educação superficial que não se percebe avanços ou promoção de mudanças significativas na vida dos alunos.

Quanto à análise sobre os critérios de encaminhamento dos alunos para a “sala especial” as educadoras alegaram que são efetivados por laudos médicos e relatórios das próprias professoras. Ainda é importante destacar a necessidade de parcerias com a área da saúde e assistência social, para assegurar diagnósticos mais precisos sobre o aluno. E assim, a elaboração/escolha de metodologias educacionais apropriadas para cada caso.

As metodologias utilizadas com os referidos alunos requerem um bom planejamento e articulações que promovam a possibilidade de aprendizagem, para tanto, devem se constituir práticas abertas a reflexão, possíveis mudanças e adaptações. Devem-se considerar as necessidades individuais de cada aluno e as perspectivas colocadas sobre ele. Com a análise dos dados percebemos que as docentes privilegiam o trabalho lúdico sem objetivos pedagógicos e o uso de materiais diferenciados como vídeos, microfones, jogos e músicas podendo estes serem satisfatórios ou não a medida que necessitam obrigatoriamente estarem ligadas a realidade dos alunos e contribuir para o alcance dos objetivos propostos.

Temos consciência de que incluir todos os alunos independentemente de suas especificidades na escola não é uma tarefa fácil, as mudanças são quesitos obrigatórios que vão desde a formação e práticas profissionais até a entrega de alimentos da cantina. Todos necessitam de uma ação inclusiva, assim como, receber um atendimento integrador nos setores escolares. As educadoras citaram diferentes barreiras para possibilitar a inclusão diante de suas práticas, como a falta de profissionais que ajudassem suas atuações, acompanhassem, dessem sugestões quando necessitava. Pouco apoio pedagógico e carência de recursos metodológicos. São de fato os principais obstáculos encontrados nas referências bibliográficas, além da falta de planejamento, currículo adaptado e organização institucional.

O ano de 2014 foi inovador na escola campo de pesquisa, já que começou a ofertar o ensino aos alunos com necessidades educacionais específicas nas salas de aula regulares. Contudo, os professores que os receberam não tiveram cursos de formação, assim como a escola não promove ainda o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, porém isso não deixa de significar um avanço. Acreditamos que as mudanças em educação não acontecem da noite para o dia, esperamos que o próximo passo para a aproximação ao patamar inclusivo aconteça o mais rápido possível.

Na escola a qualidade deve significar o sucesso de todos os atores envolvidos: o aluno à medida que aprende a aprender e a fazer; o professor que a cada dia de trabalho possa refletir sobre sua prática, podendo centrar-se na aprendizagem em vez do ensino; a comunidade escolar que desempenhe o papel político e social em busca da cidadania de seu alunado; a família que deve participar da comunidade escolar e elaboração do projeto político da escola e a comunidade onde a escola se localiza em busca de múltiplas parcerias.

Contudo, acreditamos que a instituição escolar em qualquer nível de escolar é o espaço privilegiado de formação dos educandos, representa para muitos a única oportunidade de acesso ao saber historicamente acumulado e de apropriação da norma culta. Enquanto espaço de formação, trata do desenvolvimento dos educandos, de sua capacidade crítica e reflexiva, dos sentimentos de solidariedade e respeito às diferenças, dentre outros valores democráticos.

5 Conclusão

Por ainda reproduzirem o modelo tradicional de ensino, as instituições escolares não têm conseguido responder aos desafios da inclusão social, nem receber as diferenças ou ao menos promover a aprendizagem necessária à vida em sociedade.

Desde 1990, o debate sobre Educação Inclusiva tem feito parte das publicações acadêmicas, em pauta na legislação brasileira sobre educação. O reconhecimento deste direito parece compor um consenso no plano ético e político. Os problemas e discordâncias surgem quando tentam traçar planos e propostas para sua concretização.

A inclusão entendida pelas escolas hoje com sentido restrito, significando apenas a matrícula dos alunos com deficiência em classe comum, contribui para práticas conservadoras. Hoje entendemos por inclusão escolar, num sentido abrangente, que esta deve configurar a classe comum como espaço de escolarização de todos ou como opções para os que têm necessidades educacionais específicas.

Para a eficácia da educação especial nas escolas é imprescindível o domínio conceitual sobre inclusão escolar e sobre as necessidades para que haja sua adoção, como princípio ético-político, e por outro lado é importante que sejam claras as definições dos planos e programas elaborados.

Falar da educação especial em território brasileiro tem suas implicações, ao considerarmos que torna difícil trazer números precisos sobre o assunto quando sabemos que muitas crianças não chegam às escolas. E se tratando de alunos com necessidades especiais, as dificuldades aumentam, uma vez que pais ou mães por questão de escolha preferem não matricular seus filhos e os motivos são diversos.

A escola entendida hoje como um local que proporciona aprendizagens, vivências e experiências é responsabilizada pela formação de valores, permitir através da educação a transformação da sociedade e acima de tudo acreditar nas diferenças, entendendo que a diversidade deve ser respeitada e que cada um traça uma importância diferente da educação na sua vida e aprendizagem.

Para que haja a inclusão em instituições escolares é imprescindível admitir práticas pedagógicas que façam com que as pessoas com deficiência possam aprender e ter seus conhecimentos reconhecidos e valorizados, bem como seus ritmos e possibilidades respeitados. Caso contrário, não se pode dizer que há inclusão.

Se o papel da escola é construir dentre outras coisas a cidadania através do conhecimento, acreditamos que isso só seria possível se dentro da instituição existisse de forma acentuada a representação do grupo social que está fora da escola, são pessoas com diferentes religiões, raças, credos, saberes diferentes, com ou “sem” deficiência. A inclusão não existirá se neste ambiente escolar não houver a convivência com a diversidade, condição necessária para a vida, não será efetivada num ambiente segregado sem representações da diversidade humana.

Para a inclusão nas instituições educacionais, o trabalho deve ser dobrado e a participação de toda a comunidade escolar é fundamental. Os responsáveis por esse processo são: pais, diretores, supervisores, orientadores educacionais, professores, alunos e autoridades responsáveis pela definição e implementação das políticas educacionais.

Assim, a escola campo de pesquisa ainda precisa passar por grandes mudanças vez que não possui um planejamento adequado ao ensino e à aprendizagem de crianças com necessidades educacionais específicas, carece também de uma Sala de Recursos Multifuncionais para que o AEE de fato aconteça sem segregação dos estudantes. Se faz necessário também adequar a política e o atendimento educacional de forma satisfatória aos alunos que foram inseridos nas salas regulares instantaneamente de forma que garantam a sua aprendizagem e desenvolvimento pleno.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

CARLETO, Eliana Aparecida. [et al.]. **Sala de Recursos Multifuncionais: Inclusão ou Exclusão Escolar?** In: Revista história e diversidade. Vol 2. Nº.1. 2013. Disponível em: http://www.unemat.br/revistas/historiaediversidade/docs/edicao2013/eliana_aparecida_carleto_sala_de_recursos_multifuncionais.pdf. Acesso em: 20 de Out. de 2014.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo. GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: MONTOAN, Maria Teresa Eglér (org). **O desafio das diferenças das escolas**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

RICHARDSON, Roberto Jarry. [et al.] **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008

RODRIGUES, Armindo J. Contextos de Aprendizagem e Integração de Alunos com Necessidades Educativas Especiais. In: CASTRO, Adriano Monteiro de [et al.]. **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.